

DEFESA DA VIDA E CONSTRUÇÃO DE NOVOS MODOS DE SER E DE VIVER

Extrativismos, responsabilização das empresas e justiça climática





A sanha pelos minérios tem causado a destruição de muitos territórios. O adoecimento e a morte trágica e precoce de nossos irmãos e irmãs. A eliminação dos povos originários e de sua cultura ancestral. A contaminação de nossas águas. A devastação das serras, dos aquíferos e ecossistemas. O desmatamento de nossas florestas. A expulsão das famílias agricultoras de suas terras. A exploração sobre os trabalhadores, a perseguição às pessoas defensoras da vida e dos direitos humanos, a violência sobre as crianças e o aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres. Tem trazido a sede e a fome para os povos do campo e da cidade. O colapso climático em todo o planeta. O medo e a insegurança sobre o futuro desta e das próximas gerações.

Isso precisa parar agora.



Instituto

CORDILHEIRA





A RESISTÊNCIA EM DEFESA DAS ÁGUAS, SERRAS E PESSOAS EM MINAS GERAIS

Serra do Gandarela, Campos Rupestres na bacia do ribeirão da Prata
Foto Paulo Rodrigues

Estamos no coração de Minas Gerais, Brasil, no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (QFA) e seu entorno, situado na extremidade sul da Cordilheira do Espinhaço, uma Reserva Mundial da Biosfera. Estamos cercados por dezenas de complexos minerários com centenas de barragens de rejeitos e por interesses de exploração que ocupam praticamente todo o nosso território.

Somos pessoas com convicção de que é mais do que necessário defender a vida, os territórios, as águas, as serras, a cultura e toda a biodiversidade. Por isso nos reunimos no Instituto Cordilheira, associação civil com finalidade pública e sem fins lucrativos. Temos caminhado juntos por cerca de 20 anos em diferentes espaços, por muitos lugares. Participamos de redes locais e internacionais, impulsionamos a criação de movimentos de base comunitária, elaboramos denúncias, enfrentamos cara a cara autoridades públicas e representantes das principais empresas mineradoras do mundo. Sofremos pelos reiterados impactos e violações de direitos e porque nossos alertas foram ignorados e desqualificados por inúmeras vezes. Vivenciamos até hoje revolta e tristeza causada pelos dois principais crimes da mineração no Brasil, os rompimentos das barragens de rejeitos de mineração da Samarco/Vale/BHP Billiton em Mariana (2015) e da Vale em Brumadinho (2019), que bem sabemos, poderiam ter sido evitados.

Fomos testemunhas do assassinato, pela Vale,

de seus trabalhadores, porque manteve em uso o refeitório bem abaixo da barragem em risco de colapso, assim como de turistas e moradores das comunidades do entorno. Em conluio com a empresa alemã Tüv Süd, que emitiu um laudo de estabilidade da estrutura poucos meses antes de seu colapso, a segunda maior mineradora do mundo “trituroou e partiu em pedaços” 272 pessoas, impondo a elas muita dor em seus momentos finais de vida. Impactou um rio, o solo e a biodiversidade por onde os rejeitos passaram e contaminou o ar. Inutilizou uma captação de água de abastecimento público que atendia cerca de 1 milhão e 500 mil pessoas e o modo de viver e de gerar renda de ribeirinhos e indígenas. É responsável por milhares de pessoas traumatizadas e adoecidas em toda a bacia do rio Paraopeba.



Rejeitos espalhados no Córrego do Feijão, Brumadinho
Foto Leandro Moraes



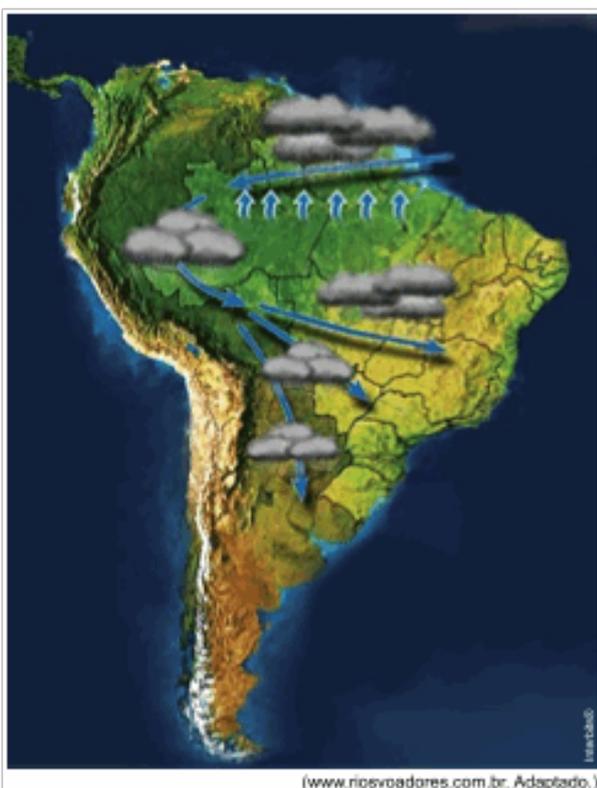
No âmbito das mudanças climáticas, estamos na contramão do que precisa ser feito. Minas Gerais perdeu 47.376 hectares de mata nativa em 2021.¹ Esse número representa um aumento de 88%, se comparado aos dados de 2020. Recente estudo² indica que o Brasil está entre os quatro países que mais desmatam florestas tropicais devido à mineração industrial.

A influência da floresta Amazônica para o equilíbrio ambiental global é inquestionável. Porém, ela segue sendo desmatada em intensa velocidade. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2019, o desmatamento teve um aumento de 278% com relação ao período entre 2017 e 2018.³

A teoria da “bomba biótica” veio explicar que a potência que impulsiona os ventos canalizados nos rios aéreos na América do Sul deve ser atribuída à Floresta Amazônica, que funciona como coração do ciclo hidrológico. A grande floresta não somente mantém o ar úmido para si mesma, mas exporta os “rios voadores”, que são cursos de água atmosféricos formados por massas de ar carregadas de vapor de água. Esses rios formam nuvens responsáveis por

chuvas fartas que irrigam regiões distantes no verão hemisférico. Para a região sudeste do Brasil, onde está Minas Gerais, o desmatamento na Amazônia já tem graves repercussões, porque interfere nesses “rios voadores” que têm papel fundamental no clima e no regime de chuvas. Por isso, há previsões assustadoras de crescente desertificação.⁴

Recente artigo⁵ intitulado *Climate Endgame: Exploring catastrophic climate change scenarios* (2022), traz a necessidade de discutirmos cenários de eventos climáticos catastróficos. Sabemos que um contexto muito grave de escassez hídrica, insegurança alimentar e novos refugiados climáticos se configura, com impactos severos, principalmente sobre as comunidades vulnerabilizadas e historicamente injustiçadas. Essa discussão é praticamente inexistente nos espaços de decisão sobre as políticas socioambientais em Minas Gerais e no Brasil, apesar de todos os alertas da ciência e das organizações da sociedade civil.



(www.riosvoadores.com.br. Adaptado.)

O caminho dos rios voadores
Crédito: www.riosvoadores.com.br (Adaptado)

Os dados de 2020, divulgados em outubro de 2021, mostram que mesmo na pandemia o Brasil aumentou em 9,5% as emissões de gases de efeito estufa, lançando na atmosfera 2,16 bilhões de toneladas de CO₂, o maior montante desde 2006, enquanto que o mundo reduziu em 7% as emissões.

¹ Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (RAD) feito pela Map-Biomas

² Publicado na revista Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS). Disponível em <https://www.pnas.org/doi/epdf/10.1073/pnas.2118273119>

³ Adaptado de: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/desmatamento-da-amazonia.htm>

⁴ Adaptado de: <https://www.apu.com.br/os-rios-voadores-e-os-mananciais-da-regiao-sudese-regiao-sudeste-brasileira/>

⁵ Publicado na revista Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)



VALE: A IRRESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Rio Paraopeba após o rompimento da barragem em Córrego do Feijão, Brumadinho
Crédito: Iana Lansky

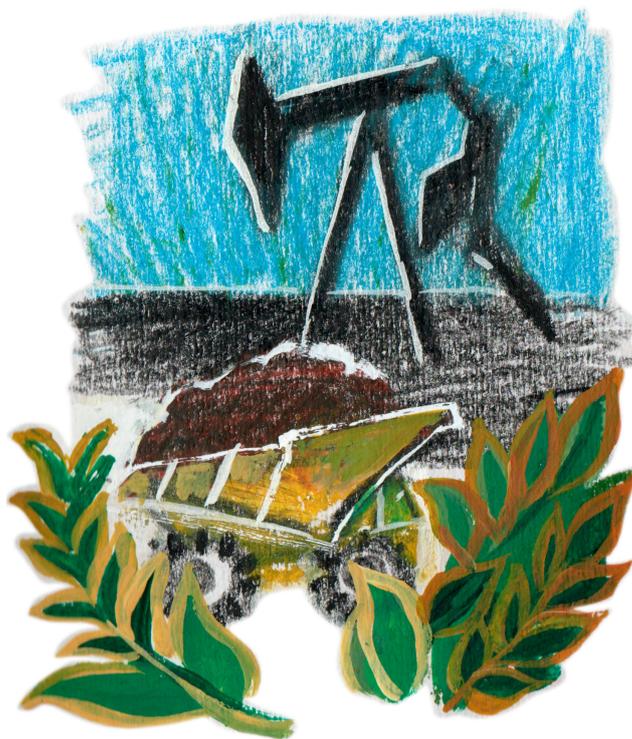
Como conhecemos bem a verdade sobre os pilares estratégicos, os compromissos e a governança corporativa da Vale, não foi surpresa a recente divulgação de sua meta “Carbono Neutra” até 2050. A empresa se compromete apenas com as suas emissões diretas e com as emissões diretas do uso de energia (escopos 1 e 2 do GHG Protocol). Assim, a Vale deixa de considerar, nada mais nada menos, do que 98% de suas emissões (495 milhões de toneladas de CO₂), que são as emissões indiretas de toda a cadeia de valor (escopo 3).

“Não conseguimos identificar medidas significativas para abordar as principais fontes de emissão da empresa e seu objetivo pode ser enganoso”, diz o relatório do New Climate Institute e da Carbon Market Watch. Isso porque as medidas de “neutralidade” de carbono não implicam necessariamente na redução de emissão de gases, mas principalmente na compensação, como o uso de créditos de carbono. Na prática, isso funciona como uma licença para continuar poluindo, sem promover uma real descarbonização .”

A Vale é uma empresa com emissões gigantescas de gases de efeito estufa. De acordo com o relatório Corporate Climate Responsibility Monitor, a Vale é a maior emissora de carbono do mundo, entre 25 grandes empresas analisadas, de diversos setores produtivos. Em 2021, as emissões globais de dióxido de carbono equivalente da Vale atingiram 505,3 milhões de toneladas de CO₂.



Falsa solução: primeiro caminhão elétrico de 72t da mineração brasileira
Crédito: Carolina de Moura



Segundo a Vale, o seu “Relatório Integrado 2021” está alinhado às diretrizes do International Integrated Reporting Framework, da Value Reporting Foundation e da Global Reporting Initiative (GRI) e contempla os indicadores do Sustainability Accounting Standard Board (SASB), do Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD). Nele, a empresa informa como risco na ecoeficiência a “crise hídrica e indisponibilidade de recursos hídricos”, e como solução uma “Política de Água e Recursos Hídricos com diretrizes para a gestão responsável de recursos hídricos e efluentes”. A transnacional afirma

também que está comprometida com os princípios do International Council on Mining and Metals (ICMM) e com o respeito às áreas de alto valor para a biodiversidade.

Entretanto, a companhia transnacional não informa nada sobre os impactos irreversíveis de suas operações para a biodiversidade, para os aquíferos subterrâneos e áreas de recarga hídrica. Seus projetos “Apolo” e “Serra da Serpentina”, com processos de licenciamento iniciados entre 2021 e 2022, são prova incontestada da falácia entre o que a mineradora diz e o que ela faz.

PROJETO APOLO

Planejado para a Serra do Gandarela:

- Última serra intacta no QFA;
- Riquíssima fauna e vegetação (em extinção e/ou endêmica);
- Segunda maior mancha de Mata Atlântica em MG;
- Patrimônio espeleológico e arqueológico de valor inigualável, inclusive uma paleoteca com registros de animais da megafauna;
- Maior reserva estratégica de água subterrânea de qualidade da região, com capacidade de abastecer milhões de pessoas.

Comprimento: 34 km

Área: 1.370 hectares (*)

Geração de estéril: 230 milhões de m³ (*)

Supressão de vegetação: 1.054 hectares (*)

Pilhas: 420 hectares (*)

Ramal ferroviário de 8,2 km.

**Primeiros 5 anos*

PROJETO SERRA DA SERPENTINA

Planejado para a bacia do rio Santo Antônio, que nasce na Serra do Espinhaço e faz parte da bacia do Rio Doce (atingida pelo rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP);

- Área de relevante valor ambiental e hídrico, de extrema importância biológica para a conservação de peixes, na qual ocorrem espécies endêmicas e ameaçadas de extinção;
- Bacia hidrográfica fundamental para a recuperação do rio Doce;
- Nas cabeceiras dessa bacia estão os graves impactos do projeto minerário Minas-Rio da Anglo American, que tem um mineroduto.

Comprimento: 45 km

Área: 9.560 hectares

Geração de estéril: 1,1 bilhão de m³

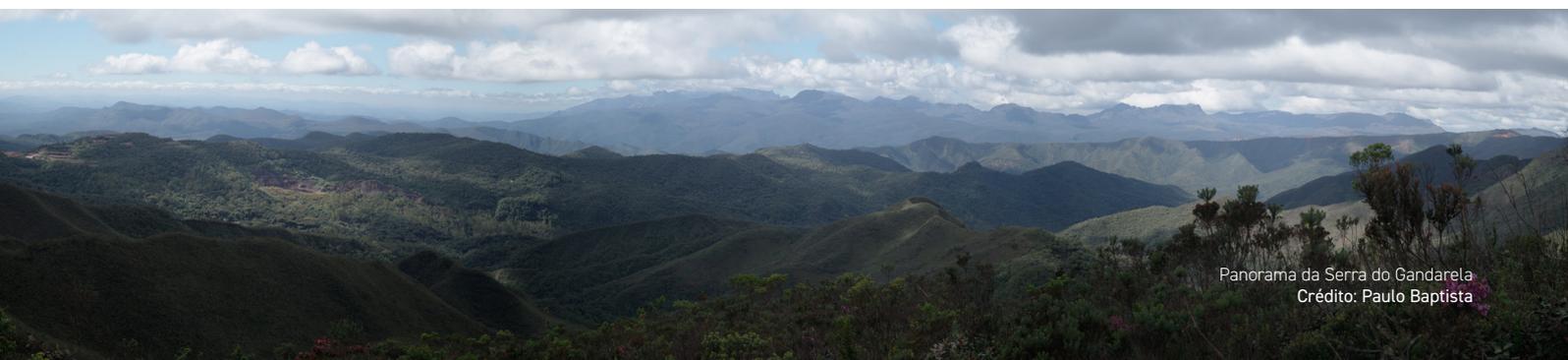
Geração de rejeito: 510 milhões de m³

Supressão de vegetação: 4.006 hectares

Pilhas de estéril: 2.358 hectares

Mineroduto de 115 km

⁶Fonte: www.observatoriodaminerao.com.br





Ato da Associação dos familiares das vítimas fatais (AVABRUM) por Justiça, Memória e Encontro
Crédito: Washington Alves

IMPUNIDADE E FALTA DE REPARAÇÃO EM BRUMADINHO

O valor total do Acordo de Reparação foi de US\$ 7,4 bilhões. Apenas no segundo trimestre de 2022 a Vale lucrou US\$ 6,2 bilhões. Isso demonstra que todos os danos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem significou, como custo de reparação para a Vale, poucos meses do lucro da empresa! E a questão mais grave não é o valor financeiro em si. Foi criado um arranjo institucional para a reparação que envolve o governo do Estado, as instituições de justiça e a própria empresa. A isso chamamos de “indústria da reparação”. Um esquema que gera negócios para algumas empresas e entidades, mas que tem sido muito questionado nos temas de governança e participação. A vida das pessoas e territórios atingidos não está sendo efetivamente reparada.

Os familiares das vítimas fatais e demais moradores da região não estão tendo oportunidade de opinar nem de serem escutados nos espaços de planejamento e de tomada de decisão sobre o seu presente e futuro.

As pessoas defensoras da Natureza e de direitos tampouco estão sendo consideradas e respeitadas nesse processo. Operadores das instituições jurídicas afirmam reiteradamente que “é preferível um mau acordo do que uma boa sentença”. Como confiar em um sistema de justiça que se assume falho quando deveria se sobrepôr de forma justa aos interesses da empresa causadora de tamanha tragédia?

A empresa afirma que tem o compromisso de “reparar integralmente Brumadinho, assumindo o protagonismo de trazer de volta a dignidade às famílias e às comunidades atingidas” e que o balanço da reparação tem avanços. No entanto, o que vivenciamos e testemunhamos desde o dia 25 de janeiro de 2019 é avassalador. A reparação, que deveria ser integral, conforme o conceito consolidado pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, é midiática e performática. O crime se renova a cada dia, segue violando direitos, minando as resistências e perseguindo as pessoas defensoras que lutam por justiça.

Outro fato inaceitável é a impunidade. O processo

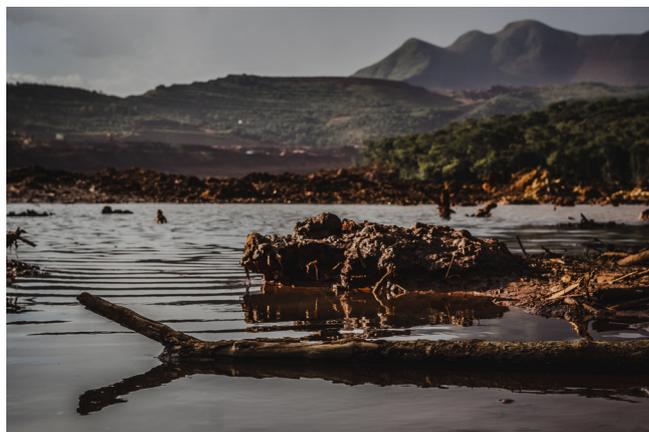


III Romaria pelocologia Integral a Brumadinho
Crédito: Marcela Nicolas

criminal caminha lentamente e ainda sofre com manobras processuais por parte das defesas dos réus, que atrapalham seu andamento. Além da punição célere e exemplar das pessoas e empresas responsáveis, na justiça brasileira, consideramos necessária a punição da Tüv Süd matriz, na Alemanha.

Estamos vivendo o drama de descobrir que exames médicos de crianças, jovens, adultos e idosos moradores do entorno da área impactada indicam a contaminação por metais pesados.

A Vale, entretanto, afirma reiteradamente que os rejeitos não são perigosos para a saúde. Para piorar, o serviço público não está preparado para tratar de maneira adequada essas pessoas, que já estão com doenças e sintomas provavelmente oriundos dessa contaminação. É dilacerante constatar o impressionante aumento dos casos de suicídios e de

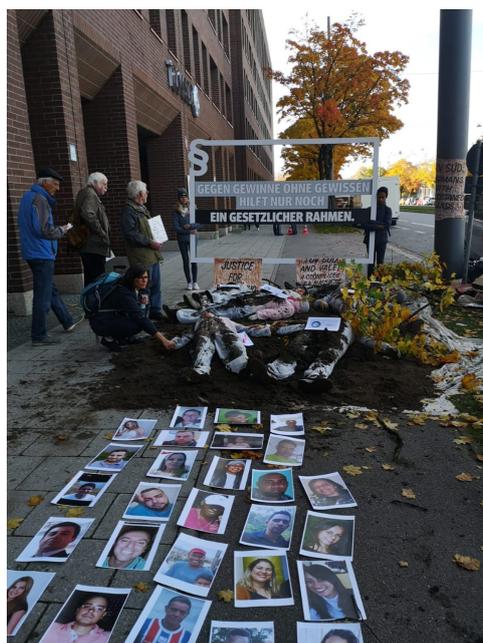


Córrego do Feijão, Brumadinho
Crédito: Leandro Moraes

homicídios, inclusive de crianças e adolescentes, e os atos de violência doméstica na região.

Até o momento quatro pessoas não foram encontradas. A Associação dos familiares das vítimas fatais (AVABRUM) defende, com irrestrito apoio social, que as buscas não parem até que todos sejam encontrados.

Exigimos também Garantias de Não Repetição. Nem a Vale, nem outra empresa de mineração, pode ser autorizada a retomar as atividades extrativistas no local do crime, especificamente nas minas de Jangada e Córrego do Feijão. Devemos pressionar as autoridades públicas e a própria empresa para que seja realizado o devido fechamento dessas minas com avançados projetos de recuperação ambiental. Investimentos para o fortalecimento das demais atividades econômicas da região também devem ser garantidos.



Protesto de familiares e moradores de Brumadinho na porta da sede da Tüv Süd em Munique, outubro de 2019
Crédito: Arquivo pessoal de Carolina de Moura

BARRAGENS DE REJEITOS

No Brasil existem 914 barragens de rejeitos de mineração, 38% delas em MG.

Em MG, são 348 estruturas, sendo 40 delas na categoria de alto risco

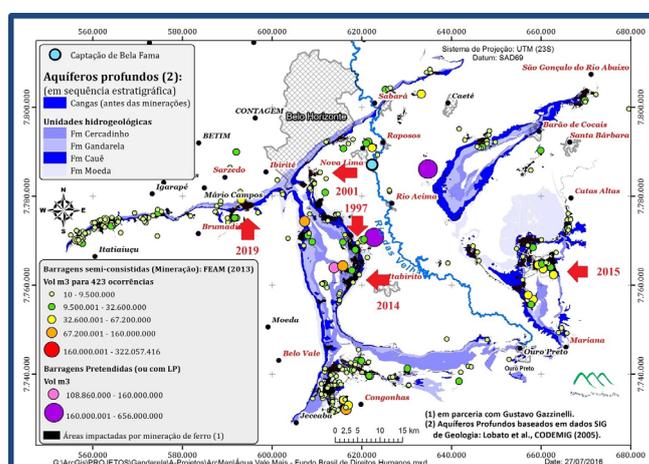


As barragens de rejeitos da mineração se tornaram motivo de pânico e de adoecimento na vida de milhares de pessoas moradores de comunidades rurais, bairros ou consideráveis áreas urbanas de cidades de pequeno e médio porte. A forma como a gestão de risco dessas estruturas é tratada pelas empresas, governo e órgãos de controle e fiscalização foi denominada pela população e movimentos socioambientais como 'terrorismo de barragens'. Não há confiança nas informações e nos atestados de estabilidade - ou de instabilidade - apresentados pelas empresas e suas auditorias. Diversos fatos conduzem a essa incerteza, destacamos:

- as operações das minas que possuem barragens de rejeitos com “risco iminente” de rompimento não são paralisadas. Obras emergenciais demoram muito tempo para serem concluídas;

- milhares de pessoas são treinadas para se autossalvar (estão tão próximas das estruturas que as autoridades não podem garantir o resgate). São colocadas sirenes, placas de “rota de fuga” e “ponto de encontro”, mas nenhum contingente para o socorro é providenciado nas áreas. Enquanto isso, as mineradoras recebem novas licenças para ampliações das minas e até para o alteamento das barragens de rejeitos;

- a situação de risco é pretexto para evacuar povoados onde as empresas têm interesse de ampliar seus complexos minerários. Depois forçam a compra das propriedades porque regateiam o devido custeio a essas famílias e as deixam desamparadas.



Barragens de rejeitos, rompimentos de barragens, minas e aquíferos subterrâneos no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero (Minas Gerais/Brasil)
Crédito: Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM)

Diante disso, temos apresentado pedidos de acesso à informação aos Planos de Segurança de Barragens e Planos de Ação de Emergência, imbuídos do espírito que norteia o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe ("Acordo de Escazú"). Em vigor desde 22 de abril de 2022, foi assinado pelo Brasil em setembro de 2018, no marco da 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Temos trabalhado para que o Estado Brasileiro ratifique sem demora esse tratado internacional. Salientamos sempre os princípios da prevenção e da precaução. Afinal, o Brasil está tentando por todos os meios entrar no clube dos países desenvolvidos e um pré-requisito importante para isso é um planejamento cuidadosamente executado, a fim de excluir danos para os seres humanos e o meio ambiente.



Conquistamos em 2019 uma legislação mais rigorosa em relação às barragens de rejeito de mineração, após uma ampla mobilização social, a lei chamada “Mar de Lama Nunca Mais”. Porém, em fevereiro de 2022, na véspera do prazo final definido para que as empresas realizassem a descaracterização e descomissionamento das barragens alteadas a montante (mesmo método de construção das barragens que colapsaram em Brumadinho e Mariana), assistimos, com enorme

indignação, a formalização de acordos entre o Ministério Público e as mineradoras que beneficiou as empresas, na medida em que evitou a suspensão imediata das licenças ambientais como estabelecia a lei e as protegeu de serem devidamente punidas pelo descumprimento. A coletividade foi acintosamente alijada do processo que culminou nesse fato, apesar da lei ter sido resultado de um projeto de lei de iniciativa popular, com ampla participação da sociedade.



Acreditávamos que, depois do segundo rompimento de barragem de rejeitos de grande magnitude em Minas Gerais, haveria uma mudança estrutural e concreta nas operações da mineração e, especialmente, na postura do governo e das instituições de justiça. Infelizmente, quatro anos após a tragédia ocorrida em Brumadinho devido ao crime da Vale, constatamos que o cenário piorou. Ocorreram retrocessos legais, os licenciamentos de grandes projetos aumentaram sem o devido rigor na sua análise e com gradativa e crescente impossibilidade de participação da população e acesso à informação, associado a ineficácia dos órgãos de controle e fiscalização. Lamentavelmente o Governador Romeu Zema foi reeleito, o que significa que Minas Gerais continuará mais quatro anos com uma governança que despreza o meio ambiente e direitos humanos, priorizando a mineração e outras atividades econômicas de grande porte e potencial destruidor.

A situação política no Brasil é gravíssima. O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) desestruturou o sistema legal e as instituições públicas de proteção do meio ambiente e de defesa dos direitos humanos. São inesquecíveis os ataques à Constituição, à Democracia e ao Estado de Direito. As consequências de sua conduta, que incentiva a violência e a impunidade, são dramáticas: aumento do desmatamento e do garimpo ilegal na Amazônia, mineração em terras indígenas, fome, corrupção, sucateamento da educação pública, agrotóxico na comida, contaminação ambiental, aumento do

assassinato e ameaças às pessoas defensoras de direitos e ambientalistas. A atuação irresponsável do governo de Bolsonaro na pandemia da COVID-19, que negou a ciência e a vacina, gerou a morte de 685 mil brasileiros.

As eleições de outubro de 2022 resultaram na eleição de um novo governo, presidido pelo ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Infelizmente, no dia 08 de janeiro de 2023 o Brasil assistiu uma triste cena de ataque à democracia. Manifestações extremistas apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro que questionam a validade do processo eleitoral e atentam contra o governo eleito pela maioria popular se tornaram foco da atenção nacional e internacional.

Foi uma conquista a derrota da extrema-direita. Um ideal fascista foi vencido dentro da política institucional do nosso país, mas sabemos que seguiremos enfrentando graves problemas com o extrativismo predatório, tendo em vista a posição do Brasil na macroeconomia do mundo, em que tem o papel de exportador de matérias-primas. Temos esperança de que esse novo governo, que possui importantes lideranças femininas à frente dos Ministérios do Meio Ambiente (Marina Silva) e dos Povos Originários (Sônia Guajajara, indígena e liderança nacional), e se declara disposto a rever os erros do passado, tenha um olhar atencioso para a nossa atual realidade, diante do avanço da mineração em tempos de emergência climática.

PROTEÇÃO E APOIO PARA AS PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS E DA NATUREZA



As ameaças e os outros tipos de ataques às pessoas que dedicam suas vidas para a proteção dos direitos humanos, da terra e do ambiente produzem um efeito sobre toda a coletividade, inibem a atuação crítica dos cidadãos e cidadãs, sendo, portanto, ataques ao regime democrático. Tais atos devem ser investigados com rigor e punidos exemplarmente pelas instituições públicas do sistema de segurança e de justiça. Porém, isso está longe de acontecer adequadamente no Brasil e na América Latina. Existem casos nos quais a pessoa defensora que sofreu ataques e buscou ajuda passou a ser perseguida pelo próprio Estado que deveria defendê-la.

É urgente a implementação de medidas internacionais de apoio direto para as pessoas

defensoras de territórios na América Latina. O risco está muito elevado e, em vários casos, é o próprio Estado que incentiva e/ou realiza as ameaças e violências, não sendo possível confiar em mecanismos oficiais de proteção.

De acordo com a relatora especial da ONU sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Mary Lawlor, o Brasil é o segundo país do mundo em que mais foram assassinadas pessoas defensoras entre 2015 e 2019.

CORPO TERRITÓRIO: IMPACTO DIFERENCIADO NA VIDA DAS MULHERES



A mineração é uma das mais fortes expressões do patriarcado no mundo. De maneira violenta e sem permissão, ela adentra no ventre da terra, explode e fere de maneira irrecuperável o corpo da nossa Casa Comum.

Os corpos-territórios das mulheres sofrem os danos negativos de projetos extrativistas de maneira diferenciada, especialmente as mulheres negras e indígenas.

A sobrecarga de trabalho de cuidado da família em um ambiente contaminado e adoecido é aumentada. As mulheres ficam sujeitas ao avanço das violências

contra seus corpos, ao desenvolvimento de problemas físicos e psicológicos e ao agravamento da situação de vulnerabilidade econômica.

Apesar disso, são elas que estão na linha de frente de muitas lutas territoriais, em distintos papéis: são disseminadoras de conhecimentos ancestrais, são criadoras de redes de economia circular, são defensoras dos bens naturais de suas comunidades, são lideranças, mobilizadoras, ambientalistas, agentes de transformação e resistência em espaços públicos e de poder.

Sem feminismo não haverá justiça social e climática.



PRECISAMOS SEGUIR JUNTO



Temos certeza de que não é mais possível decidir os rumos da humanidade, em plena emergência climática, a partir de análises superficiais e dados manipulados para atender determinada “nova moda” do mercado, inclusive, e especialmente, aquelas iniciativas de financeirização da Natureza. Não podemos mais ver o mundo de forma fragmentada. Temos plena consciência que não temos tempo para falsas soluções, para planos e metas de papel, para propagandas enganosas e para dialogar sobre acordos com empresas transnacionais que não são dignas de nossa confiança.

Conclamamos os países desenvolvidos a avaliar de maneira criteriosa o envolvimento de suas empresas e governos em toda a cadeia de valor das matérias-primas consumidas: não comprar e não financiar empresas que violam direitos, colocam em risco a segurança hídrica e contribuem para o agravamento da crise climática. Também conclamamos a criar legislação sólida com restrições

fortes para esses projetos e campanhas em defesa das pessoas defensoras de direitos humanos e da Natureza e das lutas de resistência à mineração. É absolutamente fundamental implementar e garantir medidas vinculantes de responsabilização e de devida diligência em direitos humanos e da Natureza em toda a cadeia de valor do extrativismo predatório, assim como pressionar os governos do Brasil e de Minas Gerais para que cumpram com suas responsabilidades, sob pena de sanções efetivas.

Nós podemos e precisamos fazer mais. O que está em jogo é a nossa sobrevivência, no norte e sul global. Amanhã pode ser tarde. Necessitamos de apoio para continuar enfrentando a mineração em Minas Gerais e no Brasil, dedicando todo o nosso tempo e energia na defesa da vida e de direitos e na promoção da Ecologia Integral para superar, verdadeiramente, a crise civilizatória que vivenciamos.

Seguiremos fazendo a nossa parte. Contamos com vocês.



Muro na cidade de Brumadinho pintura coletiva coordenada pela artista Anna Gobbel
Crédito: Dayane Tropicaos



Homenagem às vítimas fatais do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho realizado no Vaticano durante o Sínodo para a Amazônia, em 2019
Crédito: Rede Igrejas e Mineração

“A desigualdade não afeta apenas os indivíduos mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais. Com efeito, há uma verdadeira “dívida ecológica”, particularmente entre o Norte e o Sul, ligada a desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico e com o uso desproporcionado dos recursos naturais efetuado historicamente por alguns países.”

Pensamento extraído da Encíclica Laudato Si



